

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Povo

Class.: _____

Data: 01.04.83

Pg.: _____

190 **SANTA CATARINA**

DNOS garante que reserva indígena não será mutilada

FLORIANÓPOLIS (Da Sucursal) — Mesmo desconhecendo o aspecto jurídico da questão, para saber se a iniciativa tem amparo legal, ou não, o diretor do DNOS, em Santa Catarina, Aurélio Remor, acredita que haverá condições de contornar a situação criada pelos índios Xokleng, da reserva Duque de Caxias, que decidiram mover uma ação de embargo às obras da barragem Norte, de Ibirama — que está dentro do programa de contenção das cheias no Vale do Itajaí — como forma de protegerem suas terras.

Aurélio Remor alegou que a ação não tem sentido, "pois não vamos mutilar a reserva indígena. Pelo contrário, faremos o possível para preservar a mata virgem, que terá no futuro um grande papel ecológico e de controle, das cheias no vale, pela relação das águas da chuva". Além disso, Remor garantiu que os silvícolas (cerca de 800) serão localizados em outra área, dentro dos 14 mil hectares que compõem a reserva, ganhando ainda mais 700 hectares correspondentes às terras desapropriadas de colonos brancos, e que serão doados à FUNAI.

Demonstrando muita tranquilidade frente o problema, o diretor do DNOS

acrescentou que "não adotamos nenhuma providência, já que de vez enquanto acontece um levante desse tipo". Mostrou sua preocupação para com o término daquela obra, que apesar de não impedir em 100% as enchentes, vai minimizar os estragos. Afirmou que os Cr \$3 bilhões prometidos pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, e que deverão ser trazidos em mãos por ele, agora na primeira quinzena de abril, darão apenas para os trabalhos deste ano na barragem. A conclusão carece de mais Cr\$ 5 bilhões a preços de hoje.

ASSESSORAMENTO

Mas os índios Xokleng estão sendo apoiados em sua causa pelo advogado Álvaro Reinaldo e pelo jurista paulista Dalmo Dallari. Os dois esclareceram que o embargo não visa impedir a construção da barragem, mas sim abrir negociações para obtenção de alternativas que satisfaçam a todos simultaneamente. O antropólogo Sílvio Coelho acrescentou que "nosso objetivo é apenas resguardar os interesses daqueles que estão sendo prejudicados pois, como normalmente acontece, o projeto de engenharia não

levou em conta as suas conseqüências sociais".

As providências tomadas pelos advogados serão concretizadas em duas etapas. A primeira, meramente administrativa, se constituirá de um pedido formal de negociação ao DNOS, para saber, também, se existe algum processo visando a indenização dos prejuízos provenientes da barragem. A outra será uma eventual medida judiciária, para sustar o prosseguimento das obras, até que seja solucionado o problema da comunidade. Inicialmente, está sendo feita a preparação da manutenção de posse, que inclui um levantamento geral da área, sobre o que os antropólogos já dispõem de inúmeros dados.